



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

1ª SESSÃO ESPECIAL DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2026

TEMA: “CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2026: FRATERNIDADE E MORADIA”

PRESIDENTE DESTA SESSÃO: IRAN BARBOSA – PSOL

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta esta sessão de audiência pública, que tem por objetivo debater o tema “Campanha da Fraternidade 2026: Fraternidade e Moradia.” Quero, neste momento, convidar para compor a Mesa o padre João Cláudio. Recebê-lo aqui. E quero também convidar para compor a Mesa o padre Isaías Nascimento, que está aqui também entre nós, gostaria de convidá-lo. Eu queria, neste momento, convidar a todos e todas que aqui se encontram para que, em posição de respeito, pudéssemos acompanhar o canto do Hino Nacional. (*Execução do Hino Nacional*). Muito obrigado. Muito obrigado, senhoras e senhores. Esta sessão de audiência pública que está sendo realizada com o objetivo de debatermos o tema da Campanha da Fraternidade 2026, que tem como tema “Fraternidade e Moradia”. Um tema muito sensível para aqueles que vivem a realidade do Brasil, a realidade aqui do nosso estado e também da nossa cidade. Eu quero aproveitar que estou ladeado, abençoado por dois padres, quero aproveitar para parabenizar a CNBB pela iniciativa que sempre tem, padre João Cláudio, padre Isaías, de trazer para o debate temas de tão relevante importância social. Nós sabemos que o déficit habitacional entre nós ainda é um grande problema. Nós sabemos que enfrentamos ainda um descaso muito grande com a população em situação de rua. Aliás, esta sessão de audiência pública se realiza exatamente no dia em que a capital amanheceu com a notícia de que uma pessoa em situação de rua não acordou, morreu durante a noite. Então, são fatos que nos levam sempre a pensar sobre como cuidamos dos nossos, qual é a condição que nós damos às pessoas que vivem entre nós. E a política de moradia, sem sombra de

dúvida, é uma política que está sendo discutida, não apenas à luz do debate do déficit habitacional que nós temos, mas também à luz da qualidade das habitações. Nós sabemos que tem muitas habitações subnormais. Nós sabemos que tem muita gente vivendo na rua. Nós sabemos que os desafios são muito grandes. E neste ano, que é um ano que também se anuncia a possibilidade de retornarmos um debate que tem sido muito falado, mas pouco efetuado entre nós, que é a atualização do nosso Plano Diretor. Que, na verdade, não precisa mais de atualização, ele precisa, de fato, é de uma nova construção, porque o que nós temos em vigor é muito antigo. No ano em que se acena para essa possibilidade, um debate como este na Câmara Municipal tem um significado muito importante. Então, eu quero agradecer a presença de cada um de vocês e, neste momento, eu gostaria de pedir ao cerimonialista Alexsandro de Santana que fizesse a leitura do Requerimento nº 44/2026, que é o requerimento que foi aprovado pelo plenário desta Casa Legislativa que possibilitou a realização desta sessão de audiência pública. Com a palavra, Alexsandro de Santana.

ALEXSANDRO DE SANTANA – CERIMONIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Boa tarde a todos. Requerimento nº 44/2026, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Aviso: À Sua Excelência, vereador Ricardo Vasconcelos da Silva, presidente da Câmara Municipal de Aracaju, cumprimentando cordialmente, acuso recebimento do convite para a sessão especial com o tema “Campanha da Fraternidade de 2026: Fraternidade e Moradia”, a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2026, às 15h, no Plenário da Câmara Municipal de Aracaju. Impossibilitada de comparecer, com o compromisso assumido anteriormente, agradeço à Excelência a gentileza do convite, augurando que o distinto evento seja de pleno êxito. Cordiais saudações, desembargadora Iolanda Santos Guimarães, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Palácio Graccho Cardoso. Aracaju, 10 de fevereiro de 2026. Autoria: Iran Barbosa. Lido os avisos e o requerimento, senhor presidente.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Obrigado, Alexsandro. Muito obrigado por sua atenção. Eu quero, neste momento, pedir licença aos padres que estão aqui à Mesa junto comigo e a todos que

estão acompanhando esta sessão de audiência pública, mas queria convidar Irenir de Jesus, representando a Cáritas Arquidiocesana aqui de Aracaju, para estar também aqui à Mesa junto conosco. A importância de uma figura feminina no debate sobre moradia é muito significativa. Não é? Ainda antes de passar a palavra para os pares aqui presentes, eu gostaria de cumprimentar os demais que estão aqui entre nós. Espero que consigamos registrar a presença de todos, mas quero cumprimentar aqui doutor Carlos Nascimento Zuzarte, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Sergipe, representando aqui o presidente, doutor Daniel. Doutor Carlos, eu queria convidá-lo também para estar à Mesa junto conosco, pode ser? Sinta-se à vontade, venha aqui estando conosco, uma satisfação e agradeça lá ao presidente da OAB pela atenção. Quero registrar também a presença de Luíza Soares; Sebastião Teles, que é coordenador da Pastoral Carcerária; Ricardo Lima, nosso Ricardo do CONAL aqui entre nós, muito obrigado, Ricardo, por estar conosco, do Conselho Nacional do CONAL. Eu quero, bom, agradecer a presença também de Valéria Menezes, que é aqui da Cáritas Arquidiocesana de Aracaju; Eunice Caetano; Edna Maria Andrade, também do CONAL; Bernardino Alexandre; Maria Aparecida dos Santos; Fátima Ferreira. Quero agradecer a presença também de Magal, nosso Magal da pastoral, ex-vereador desta Casa, que é um militante também da luta pelos direitos humanos. Aliás, hoje com boas notícias a respeito do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Quero também registrar a presença do professor José Givaldo de Jesus; a presença de Sayonara Leal Carvalho; Jerônimo da Silva Sérgio; Rose Carvalho, vice-presidente do Instituto Amigos da Inclusão Social; Gabriela Souto. Quero também cumprimentar e agradecer a presença de Dilene Nunes, secretária do Instituto Braços. Quero cumprimentar também, vi que chegou, está entre nós, o padre Givanildo, agradecer demais a presença aqui entre nós. Com certeza, vai poder nos ajudar a qualificar esse debate. Também temos aqui Maria Gorete Bezerra; Iara Cortez; Mariane Batista; Ana Paula; José Raimundo; Antônio Lima. Enfim, eu quero cumprimentar a todos e todas que aqui se encontram, e se deixamos de registrar a presença... Vejo que aqui também está entre nós Niully. Agradecer, Niully, sua presença entre nós também. Vejo Zezé; Eunice, professora. Vejo a professora Lúcia também aqui entre nós e tantos e tantas que fazem a luta cotidiana e que, com certeza, também se farão presentes nesse debate que levaremos para a sociedade. Eu, neste momento... Estou aqui combinando entre eles, nós vamos abrir para uma saudação de todos que estão aqui à Mesa e depois nós vamos abrir para a fala, para que o padre João Cláudio possa debater o tema da campanha. Mas eu queria abrir

para uma saudação inicial. Vou deixar o padre João Cláudio por último, porque ele faz a saudação e já faz a fala dele. Vou passar a palavra, começar por cá, Zuzarte.

CARLOS CÉSAR ZUZARTE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB/SE

Boa tarde a todos, todas e *todes*. Meu nome é César Zuzarte, atualmente, eu estou presidente na Comissão de Direitos Humanos. Farei minha autodescrição: cabelo *black*, estou com um terno cinza, uma gravata cinza, uma camisa rosa, com um pingente dos Direitos Humanos. É o reconhecimento dos prêmios que a gente recebe dentro da nossa Casa, fazendo Direitos Humanos. É de muita importância essa campanha, a Campanha da Fraternidade, eu que fui criado dentro do Instituto Dom Fernando Gomes. Então, todos os anos a gente trabalhava – pelo menos na minha época – sobre as campanhas da CNBB. Então, desde muito novo que sou uma pessoa que sabe da importância das campanhas da CNBB e de quanto que isso pode educar jovens, trazer uma consciência diferente para cada jovem. É importante que a gente debata sobre moradia, ainda mais na nossa cidade, que é uma cidade que hoje precisa de grande atenção nessa área da moradia. Sabemos das dificuldades que é. E eu fico feliz, assim, de saber que essa pauta está sendo debatida na Casa do Povo, através do seu mandato e de outros tantos que também pautam, mas, em especial, hoje, porque essa sessão foi puxada pelo seu mandato e parabeno pelo seu trabalho, aqui ao lado de grandes referências também da comunidade católica e sei que o trabalho é árduo, é duro, mas sempre tem um reconhecimento, primeiramente, da palavra, das questões que envolvem a religiosidade, mas fico feliz e é isso aí. Eu acredito que uma instituição como a Igreja Católica, trabalhando um tema tão importante, faz com que, cada vez mais, esse tema da moradia seja difundido e da necessidade da gente atualizar vários dados que são necessários hoje. Então, muito obrigado pela participação.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Obrigado, Zuzarte. Muito obrigado. Quero pedir, agora, que o padre Isaías possa também fazer a sua saudação inicial.

PADRE ISAÍAS – COORDENADOR DA CÁRITAS DIOCESANA DE PROPRIÁ

Minha gente, boa tarde. Esse período da Campanha da Fraternidade é um convite que toda igreja faz, no mundo todo. A Campanha da Fraternidade é uma herança que a gente pegou da igreja na Europa, dos alemães, no sentido de perceber que a

conversão não pode ser um ato narcisista. A conversão é uma mudança de vida para você melhor servir a Deus e ao próximo. Isso é bem claro. E cada ano a Igreja Católica propõe um tema, de acordo com a necessidade e o clamor do povo brasileiro. Então, neste ano, o caso é a questão da moradia. E por que não lembrar que, biblicamente, o Papa Francisco nos recordou que Deus tinha o planeta como uma casa, uma casa comum, não uma habitação. É a minha casa, eu moro, não preciso de habitação para morar, porque eu já tenho. Tudo que Ele criou é a minha casa. Essa visão, digamos, universal, enquanto criação, casa de Deus, e nos convida a valorizar a casa como um direito humano. Não é pedido de esmola, nem mexer com politicagem. Como ao longo da história, nós vimos, em vários municípios, que a casa era objeto de barganha política do pobre, daquele que se humilhava diante do domínio vigente local. Então, vários municípios estão com esse débito com sua população. Muita gente morando em casa alugada, casais jovens que há anos moram com os pais, que não têm para onde ir, o que ganha não dá para construir uma casa. Diante de tudo isso, não só a Campanha da Fraternidade, mas a Igreja, na sua prática missionária, tem provocado através de atitudes concretas, solidárias, até mesmo de construção de casas. Quantas missões a gente já realizou que, o último dia, é um mutirão para construir uma casa para um pobre? Várias. Sempre para provocar o Estado, provocar o Município: “Acorda, tem gente precisando”. Então, que essa campanha possa sensibilizar os poderes públicos e também a nós, sociedade civil organizada, no sentido de que ninguém passe por essa carência por muito tempo, a falta de casa. Está bom? Aproveitemos bem esse momento.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Muito obrigado, padre Isaías. Passo agora a palavra à Irani, para que ela também possa fazer sua saudação a todos nós.

IRENIR JESUS – MEMBRO DA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE ARACAJU

Boa tarde a todos e todas. É uma alegria estarmos juntos aqui nesta tarde. Falar sobre Campanha da Fraternidade e falar sobre moradia é tocar no coração de cada um. Pensar naquelas pessoas que não têm casa, que não têm um lar. Muitas vezes, eu tenho uma casa, mas a minha casa não é o lugar que me acolhe. Pensar no imigrante, pensar naquele que vem de fora, que não conhece as nossas ideias, as nossas propostas, que não conhece a nossa cidade, é pensar naquele que está do lado de fora das nossas igrejas, mas que está dentro da nossa comunidade. Então, falar sobre a fraternidade e

falar sobre moradia é falar sobre aquilo que toca o nosso coração. Então, é muito bom poder estar aqui nesta tarde e falar sobre esse tema tão delicado. Obrigada.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Obrigado, Irani, muito obrigado. Eu vou agora, com muita satisfação, passar a palavra para o padre João Cláudio, mas, antes de passar, eu quero pedir licença também para dizer que o padre hoje me presenteou, veio aqui fazer a fala, já é um grande presente, mas trouxe também, para eu rever, uma amiga caríssima do início da minha carreira no magistério, lá nos anos de 1988, a quem devo muito, porque me inspirou bastante, a professora Bernadete, que está aqui entre nós. Obrigado, professora. Obrigado por tantas gerações que a senhora educou. Obrigado pelo carinho com o que a senhora cumpriu sua missão de educadora, e obrigado pela inspiração que me deu lá no comecinho da minha trajetória como professor. Um beijo no seu coração. Com a palavra agora, padre João Cláudio, o senhor tem 20 minutos, fique à vontade, ou daqui ou da tribuna, de onde preferir falar.

PADRE JOÃO CLÁUDIO – PÁROCO DA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS

Saúdo a todas e todos aqui presentes nesta Casa do Povo. Quero agradecer ao vereador Iran Barbosa, que também, sobretudo por conta da minha irmã Bernadete, sempre foi muito presente lá em casa, inclusive nas nossas conversações políticas. Parabêniso pela trajetória política aqui no nosso município de Aracaju, mas também como deputado estadual, como deputado federal. Parabêniso pelos grandes feitos realizados em prol do magistério, mas também em prol das comunidades mais carentes, periféricas aqui do nosso estado e do nosso município de Aracaju. E agradeço a presença dos irmãos, irmãs, da Cáritas Arquidiocesana. Feliz também pela presença dos membros da Pastoral Carcerária, uma pastoral com a qual também me identifico bastante, sempre que posso, estou à disposição para acompanhá-los. O nosso Ricardo, do CONAL, o professor Ginaldo, enfim, uma casa bastante familiar, de verdade. Eu quis preparar esse momento para que nós saboreássemos de maneira pontual aquilo que o texto-base da Campanha da Fraternidade traz para nós. Em 1993, os senhores bispos, através da força divulgadora da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, apresentaram, pela primeira vez, uma Campanha da Fraternidade centrada sobre a temática do direito à moradia. Na ocasião, a Igreja Católica, por meio das pastorais sociais, do compromisso dos leigos e leigas, religiosos e religiosas, presentes nos

variados municípios brasileiros, compreendia que a falta de moradia constituía um forte grito em prol da vida, é o grito de crianças, de homens e mulheres que alcança o trono de Deus e ressoa no coração dos cristãos. Despojando-se da sua divindade, Deus se mobiliza para morar entre nós, como exposto no lema da Campanha da Fraternidade 2026, extraído do Evangelho, narrado por João, Capítulo primeiro, Versículo quatorze. O Evangelho, segundo Lucas, oferece uma chave hermenêutica que proporciona uma compreensão acerca dos contornos sociais que marcaram o mistério da encarnação do Verbo Divino, descrevendo sobre o nascimento de Jesus, no Capítulo segundo, Versículo sétimo do seu Evangelho, Lucas afirma que não havia lugar para eles na hospedaria, fazendo compreender que tal acesso fora negado anteriormente a tantas famílias obrigadas a construir a vida sobre as calçadas dos palácios dos detentores do poder político e econômico. Trata-se de uma situação real e desafiadora para os cristãos e cidadãos que formam a sociedade brasileira. Fechar os olhos para tal realidade impõe uma grave violência contra a humanidade das pessoas e dos fatos analisados, mas também dos agentes sociais e das instituições políticas que analisam. Observa-se que apenas em 2008, ou seja, 15 anos depois do primeiro alerta lançado pela Igreja Católica sobre a negação do direito à moradia, o governo federal realizou uma pesquisa nacional constatando a existência de cerca de 30 mil pessoas vivendo em situação de rua no Brasil. Transcorridas mais de três décadas, desde a primeira campanha realizada em 1993, a negação do direito à moradia piorou. Pois as pesquisas mais recentes demonstram que existem mais de 365 mil pessoas que vivem nas ruas do país, que se apresenta como Pátria Mãe Gentil. Em termos comparativos, imaginaríamos a seguinte situação: é como se fôssemos agora até a cidade de Blumenau, em Santa Catarina, desalojássemos todos os seus moradores e os espalhássemos pelas ruas deste imenso Brasil. Diríamos que seria um desastre, que as pessoas seriam expostas aos perigos e não teriam acesso aos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988, como direito à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer e vários outros. O desastre social supracitado cresce no Brasil contemporâneo, desfigurando o rosto de tantas pessoas privadas de dignidade, cidadania e fraternidade. A fé em Cristo abre o coração e as mãos para que aliviemos o grande peso da cruz que é a falta de moradia carregada diariamente por crianças, homens e mulheres pelas ruas do Brasil. O Sudeste brasileiro é a região que possui o maior índice de pessoas em situação de rua, mas esta grave lacuna social também afeta o estado de Sergipe, que conta com cerca de 1.640 pessoas privadas do direito à moradia, com uma predominância nas cidades de Aracaju e Nossa

Senhora do Socorro. Para compreender as dimensões da negação do direito à moradia em Sergipe, pode-se refletir da seguinte maneira: é como se fôssemos até o município de Amparo do São Francisco e retirássemos todos os seus moradores, dispersando-os pelas ruas do estado de Sergipe. Sem dúvida, trata-se de um caos social pouco observado durante a correria de cada dia e das atividades realizadas, mas tais pessoas existem: são mulheres, homens e crianças sem infância, sem alimentação e brinquedos que estimulem as capacidades lúdicas e interativas. A Campanha da Fraternidade 2026 aborda a temática da moradia, considerando a reflexão sobre a população em situação de rua, a privatização do direito à moradia e a noção de moradia digna. A privatização do direito à moradia está materializada na marcha da especulação imobiliária. Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil vivencia uma avançada dos programas habitacionais que, por vezes, colocam fardos econômicos pesados sobre os ombros das famílias de baixa renda. Os juros altos suportados por longos anos repercutem negativamente sobre a renda precária das famílias que abdicam de outros direitos fundamentais, quais o direito ao lazer, à cultura, à alimentação e à saúde em prol da efetivação do direito à moradia que deixa de ser garantido pelo Estado e passa a ser mediado pela dura e feroz iniciativa privada. O terceiro aspecto proposto pela campanha 2026 aponta para a noção de moradia digna visando conhecer quais são as condições de moradia, pois não basta apenas ter uma casa, mas a pessoa humana precisa morar bem com as condições mínimas de urbanidade que tutelam a sua integridade. Em regra, os conjuntos habitacionais construídos para a população de baixa renda estão longe dos centros urbanos, dificultando o acesso aos serviços fundamentais. O texto-base da Campanha da Fraternidade trata sobre o processo de urbanização das periferias, que proporciona pleno acesso aos direitos sociais através de serviços fundamentais como escolas e creches, unidades de saúde, praças e áreas de lazer, acesso regular à água e à energia, transporte público, saneamento básico e outros. O direito ao saneamento básico é um dos desafios sociais enfrentados pelo estado de Sergipe. Os dados mais recentes afirmam que apenas cerca de 42% da população sergipana possui o esgotamento sanitário eficiente. E, de acordo com os dados do Observatório do Estado, Sergipe tem aproximadamente 24 mil moradias precárias. O município de Aracaju tem uma população de cerca de 600 mil habitantes, muitos dos quais construíram as suas casas em áreas de risco, por ser a única possibilidade ao alcance das famílias vulneráveis, de modo que a capital sergipana possui 3.255 casas com alto risco de inundação e possíveis desabamentos. As repercussões sobre a segurança das pessoas e sobre a saúde pública municipal são

questões sociais que devem ser encaradas com humanismo e determinação. A Campanha da Fraternidade, iniciada na Quarta-feira de Cinzas, estimula a oração, a abstinência e a caridade na vida dos cristãos e visa dialogar com as autoridades constituídas – vereadores, deputados – para conhecer as políticas públicas atuais que tutelam o direito social à moradia, promovendo a qualidade de vida das pessoas que não possuem moradia digna e daquelas que vivem nas ruas. As pessoas que estão em situação de rua não precisam apenas de hospedagem no centro especializado para pessoas em situação de rua. O Centro POP não deve ser algo permanente, mas um local de diálogo, para conhecer as pessoas desabrigadas, alfabetizá-las, saber se já trabalharam e oferecer conhecimentos técnicos que abram portas para o mercado, através de boas parcerias público-privadas. Se ao longo deste ano de 2026, padre Isaías, conseguirmos retirar ao menos uma pessoa das ruas, podemos ter certeza que realizamos um grande milagre social, tanto divino quanto humano, mobilizando a religião e a política para cuidar da obra-prima da criação. Talvez não possamos fazer muitas obras, não cruzemos os braços, façamos o pouco que podemos. O Espírito Santo suscita iniciativas que tutelam o dom da vida, como, por exemplo, a elaboração de secretarias municipais dos Direitos Humanos para favorecer a efetivação sistemática de tais direitos nos municípios sergipanos. Considerando a qualidade das moradias, é oportuno que os vereadores, deputados, destinem orçamentos para revitalizar as casas situadas nas periferias dos municípios. A Cáritas Arquidiocesana de Aracaju está à disposição para a implementação de microprojetos que salvaguardem a dignidade humana e o direito à moradia digna. Quando uma casa possui os seus cômodos rebocados e pintados, quando é retelhada e recebe um piso, não se trata apenas de um aspecto estético, mas de um conjunto de iniciativas que repercute sobre a qualidade de vida das pessoas residentes. Tais condições de moradia são centrais para que as pessoas não estejam expostas às doenças respiratórias e outras, como a doença de Chagas. A organização do ambiente doméstico auxilia ainda na concentração para o estudo das crianças, adolescentes e jovens, propiciando um melhor rendimento escolar e acadêmico. A moradia digna é um lar aconchegante para que os idosos sergipanos tenham seus direitos respeitados e transcorram a melhor fase da vida com os indicadores mínimos de comodidade ao lado dos filhos, netos, amigos e demais entes queridos. A Santa Mãe Aparecida, que percorre as calçadas do Brasil, cuidando dos seus filhos, abandonados pelo poder público, reze por nós, ao lado de Jesus, nascido na simples gruta de Belém, para construirmos uma religião encarnada nas dores do povo das

periferias e das pessoas desabrigadas. E para elaborarmos políticas públicas capazes de proteger o bem mais precioso de Sergipe, que é a vida de cada sergipano. Concluamos com uma oração essencialmente feminina, pelas mulheres agredidas e assassinadas nas ruas, palafitas e mansões do Brasil. As mulheres salvam e salvarão o mundo, pois são ícones genuínos da vida, da fraternidade e da cidadania. Rezemos. Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco, Bendita sois vós entre as mulheres, Bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus, Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pecadores, agora e na hora da nossa morte. Amém.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Muito obrigado. Muito obrigado, padre João Cláudio. Eu gostaria, neste momento, de também abrir para eventuais falas. A gente não conseguiu ainda registrar possíveis falas, mas quero abrir, como se trata de uma reunião de audiência pública, vamos apenas limitar o tempo, três minutos para cada um que quiser se inscrever, poder também se manifestar, evidentemente, sobre o tema. Mas quero também aqui, antes de passar a palavra a quem eventualmente queira se inscrever, registrar a presença do vereador Marcão da Pastoral, vereador da cidade de São Cristóvão, aqui entre nós. Muito obrigado. Estou com um problema aqui no som, está cortando o tempo inteiro. Quero registrar também a presença do vereador Robson da Cabrita, também vereador da cidade de São Cristóvão. Obrigado por acompanharem um tema que eu sei que também é de relevante interesse, interesse, inclusive, comum de Aracaju e São Cristóvão. Bom, se alguém quiser falar, pode levantar o microfone, a gente vai entender que a pessoa está se inscrevendo. Temos uma inscrição. O ex-vereador Magal da Pastoral está se inscrevendo aqui. Magal, você tem também três minutos para fazer suas considerações.

PROFESSOR JOSÉ GENIVALDO DE JESUS – COORDENADOR DO SERRA CLUBE DE ARACAJU

Boa tarde a todos. Eu saúdo a Mesa na pessoa do vereador Iran Barbosa, a quem já cumprimentei pela iniciativa e também agradecer. Saúdo também o meu ex-aluno, reverendíssimo padre João Cláudio, excelência filosófica entre nós aqui, o padre Isaías, aqui. Inclusive, hoje tive uma conversa pessoal com o Dom George, tive o prazer de cumprimentá-lo pessoalmente, e demais aqui presentes. Tem uma passagem no Evangelho, quando alguém se aproxima de Jesus e diz: “Mestre, seguir-te-ei onde queres que vás”. E Jesus vai dizer: “As raposas têm covas, os passarinhos têm ninhos, mas o filho do homem não tem onde reclinar a cabeça”. E aquele que dizia estar

disposto a seguir Jesus, desistiu. Ao saber que Jesus não tinha moradia fixa, ao saber que Jesus não tinha moradia própria, não tinha onde reclinar a cabeça, e isto quer dizer para nós que moradia dá dignidade, moradia inspira segurança. Por isso que aquele não quisera seguir Jesus, não sentiu segurança. Vou seguir uma pessoa que não tem nem onde reclinar a cabeça? Quantos dos nossos irmãos em situação de rua também não podem ter sua dignidade afetada, ferida, porque não têm onde morar? Não despertam o interesse de outras pessoas porque não têm onde morar. O espaço, o lugar onde eles podem reclinar a cabeça é, talvez, sobre uma caixa de papelão, uma mochila surrada com alguns poucos pertences que carregam durante o dia e, à noite, lhes serve de travesseiro. Quem é que quer seguir uma pessoa nessa situação? Qual é o futuro de um ser humano numa situação como essa? Daí a importância da gente debater temas como este num espaço aberto ao público, democrático e que pode, como dizia o padre João Cláudio, a partir do debate e de iniciativas bem-intencionadas, ajudar a minimizar essa situação. Eu quero parabenizar o padre João Cláudio pela sua brilhante oratória e, sobretudo, pelos números, pelos dados que o senhor trouxe para o nosso conhecimento, a situação real aqui do nosso estado, da nossa cidade. Muito obrigado, que Deus nos abençoe.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Muito obrigado. Magal, é com você agora.

MAGAL DA PASTORAL – COORDENADOR ESTADUAL DA PASTORAL CARCERÁRIA EM SERGIPE

Boa tarde a todos, a todas. Eu quero lembrar, Iran... Eu fui vereador aqui nesta Casa e lembro muito bem das iniciativas do nosso falecido e querido prefeito Marcelo Déda, na época. Ele teve a iniciativa de fazer 600 casas para tirar o pessoal da palafita na Coroa do Meio, que foi um dos projetos premiados em nível nacional sob sua iniciativa. Então, significa que políticas públicas podem ser feitas. Remoção de locais indignos para locais dignos, foram cadastradas 650 famílias e, naquela época, eu me senti contemplado por estar no mesmo projeto. Além de construção de casas que são feitas, os governos, as prefeituras fazem para tentar minimizar essa situação. Então, é claro que políticas públicas podem ser feitas para este fim. Agora, por outro lado, eu pergunto até ao padre Isaías. Deus fez o mundo para todos, a terra, a água, o mar, etc. Depois os homens começaram a fazer apropriações indevidas e concentrando as

propriedades de terras. Eu pergunto, eu sei que está muito perto ali da tribo aqui em Propriá: como é que os índios fazem? Os índios, como é que eles se dividem nos seus lugares? Nas suas tribos? É assim com essa divisão do maior, do menor, de pedaços? Então, eu creio que a gente tem bons exemplos da própria natureza, da nossa própria natureza indígena, por exemplo, na verdade. Agora, eu estava pensando aqui outra coisa também, quando Jesus nasceu inicialmente Maria e José deviam ter a sua morada, mas eles tiveram que fugir e depois não encontraram local, foram até uma estrebaria. Depois que Jesus cresceu, ele chamou os doze e disse: “Vamos, venham comigo”. A moradia deles já deixou de ser uma moradia fixa, foi uma moradia fraterna, não é? Tem dizendo que Jesus tinha casa, tinha local? Não, mas ele morava em todos os lugares que estivesse, sempre tinha gente para acolher. Então, a nossa sociedade também não tem esse mecanismo de acolhimento, mas a nossa igreja tem coisas bonitas, como, por exemplo, a própria Cáritas, no episódio dos que estavam saindo da Venezuela, imigrantes, e vieram para cá, e eu lembro que a Cáritas teve que fazer um... Não foi fácil, para acolher e colocar essas pessoas. Então, eu fiz essas colocações um pouco soltas, para que a gente possa refletir em cada uma, como é que a gente pode fazer, enquanto políticas públicas e enquanto pessoas, como é que nós podemos acolher, e enquanto igreja.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSOR IRAN BARBOSA – PSOL

Obrigado, Magal. Muito obrigado. Eu quero, aproveitando essa fala de Magal, que inclusive reflete sobre o caráter da propriedade entre nós. Lembrar que a Constituição, de fato, reconhece a propriedade privada, mas ela coloca que a propriedade privada tem que cumprir a sua função social. E o que é que a gente observa que acontece aqui entre nós, e nós estamos em uma região da cidade onde isso é muito característico. Nós temos inúmeras propriedades que estão desabitadas há décadas, muitas delas entrando em processo de deterioração, o tempo destruindo, e, ao passo disso, nós temos também pessoas sem ter onde morar. E a figura do Estado não entra como um intermediário nessa questão para buscar, desapropriando esses ambientes que já não servem mais para ninguém, retomá-los e utilizar, inclusive, a capacidade urbana já instalada aqui no centro da cidade, por exemplo, para que as pessoas que precisam de moradia possam tê-la. Então, é também papel do Estado regular essa realidade, que você tem muita gente que abandonou suas casas, porque tem, obviamente, mais de uma, e não usa, ela segue fechada, muitas vezes criando problemas de segurança, para a

vizinhança, etc. E não há uma intervenção do Estado, no sentido de fazer aquela propriedade cumprir de fato a sua função social. Eu vi que você dirigiu uma pergunta ao Isaías, ao padre Isaías, mas eu queria pedir licença ao padre Isaías, antes de passar a palavra, temos também a inscrição aqui do Gleizivan Cardoso, que é radialista. Eu gostaria, então, de ouvi-lo agora. São três minutos e, na sequência, eu passo a palavra para o padre Isaías.

GLEIZIVAN CARDOSO – RADIALISTA

Boa tarde a todos. Radialista Gleizivan Cardoso. Em 1982, eu me lembro, quando eu trabalhava com jovens filhos, que naquela época foram entregues muitas casas, inclusive ficava na minha mão, porque eu era secretária dele. E eu morava em vila também, tive e tenho minha casa hoje no Augusto Franco. Uma das coisas que eu também acho é que a gente não tem oportunidade de conservar a casa, você vê que aqueles prédios do Augusto Franco há anos e pessoas que saíram de vila e foram para ali, e não têm condições de reforma, que era uma coisa também que deveria se pensar. Depois, no Estado, eu consegui ver e fiz numa época, não sei se era na época de Valadares, onde o funcionário público, em um dia, construiu aquele Conjunto Siri. E eu estava, eu trabalhei para construir uma casa em um dia. Eu não sei se as pessoas lembram que o governo pegou funcionário público e construímos a casa em um dia. E faz lembrar também a Igreja, a Procace, na época que Dom Luciano deu terra e disse: “Olha, durante dez anos...”, parece que o pessoal não podia vender, eu tenho uma amiga que tinha um terreno desse da Procace. Mas a gente percebe também... Hoje, eu tenho também pessoas que moram em garagens, porque não têm moradia. A gente visa o pedinte, a pessoa que está em situação de risco, vulnerável na rua, mas a gente percebe também que as pessoas vendem a casa e que a questão política também interfere nisso aí. Por quê? Porque o vereador recebe 20 casas, recebe dez casas e pessoas que não precisam são beneficiadas, e também aquele que é beneficiado, ele também vende. Não o prendem para que ele não possa vender, ele troca até por uma bicicleta. Ele pega a casa dele, que você trabalhou, e vende por qualquer coisa, depois ele vai de novo para a situação de rua. Então, é uma coisa que a gente vê que há um disparate muito grande, em que a gente se preocupa, casa para aquele que precisa, ele realmente precisa, mas ele também não tem a consciência de que a casa dele é tudo, é ele e a família. Então, a gente não só vê isso como uma questão, como também a questão da conservação. A gente não vê um projeto para que a gente possa conservar a

nossa casa. Então, se não há conservação, você vai acabar um dia ficando sem casa, porque até, às vezes, vereador, o que é que acontece? Dão a casa, mas ali a casa não é terminada como deveria. A casa, muitas vezes... Eu recebi a casa do Augusto Franco sem reboco. Então, muitas vezes aquilo ali é uma situação que a casa não é dada como deveria ser. Essa é a minha palavra, a minha experiência como radialista e também como uma pessoa que também recebeu sua casa de conjunto.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Obrigado, Gleizivan. Muito obrigado. Temos escrito agora o Marcão da Pastoral, depois Dona Valda.

MARCÃO DA PASTORAL – VEREADOR DE SÃO CRISTÓVÃO

Boa tarde a todos, queria cumprimentar o padre Isaías, o padre João Cláudio, em nome de toda a Mesa; o meu amigo aqui, Ricardo, do CONAL, em nome de todos aqui da galeria; meu colega de parlamento em São Cristóvão, Robson da Cabrita, e dizer que a cidade de São Cristóvão, assim como toda a Grande Aracaju, também sofre, talvez, não sei se foi o professor Iran que falou, esse crescimento imobiliário. Um dia desses eu vi um vídeo de uma pessoa de Aracaju falando que não sabe se Aracaju cresceu para o interior ou se o interior cresceu para Aracaju, só que foi uma invasão. A gente viu como foram criados na nossa cidade, por conta da Universidade Federal de Sergipe, os nossos bairros que, diferentemente do centro histórico, não com menos importância, mas que cresceram de forma aflorada, principalmente nos últimos anos, esses condomínios, que eram tocados sem exigência e garantia de, no mínimo, estrutura. Como a companheira estava falando ali, às vezes, recebia-se uma casa onde não tinha nem uma rua, e aí depois o Poder Público é cobrado para que dê esse direito. Eu estava lembrando um pouco também da fala dela, que eu já vi algumas políticas de retirarem as pessoas em situação de rua que não são solução, que eram encher um ônibus e levar para outro estado. A gente já viu isso acontecer muito no Nordeste. Tinha algumas ações que eram assim: tire o homem de situação de rua, tire da minha rua, mas leve para a rua do outro, e aí a gente vê como há essa necessidade dessa discussão. Eu acredito que, a cada ano que passa, a Campanha da Fraternidade toca mais a fundo nas feridas da gente mesmo. A capital, hoje, está um pouco entrelaçada com São Cristóvão, com Socorro, na Barra dos Coqueiros, com essas ligações com as pontes. E esse crescimento que, muitas vezes, acontece de forma que não se respeitam as raízes nem as origens das pessoas. A pessoa quer um espaço, quer sair de uma moradia sem dignidade para ir para um lugar com

dignidade. E a gente sabe a importância que o Poder Público tem para isso. Eu queria agradecer mesmo esse debate, é a segunda vez que o professor Iran faz essa pauta, ano passado também, na Campanha da Fraternidade, eu estive presente, e acho importantíssimo que a gente faça, inclusive, vou buscar com o vereador Robson, levar para São Cristóvão, para que a gente também discuta naquela Casa esse tema da Campanha da Fraternidade. A questão da moradia, mesmo que nos dados São Cristóvão não tenha um número tão grande, mas a gente tem uma realidade de crescimento imobiliário que tirou as pessoas que não têm condição, muitas vezes, de morar numa casa com dignidade para ir para a rua. Funda-se ou cria-se um condomínio no lugar onde, às vezes, tinha um casebre. Tem uma música que está até na relação da Campanha da Fraternidade, que eu vou encerrar só para não estourar, que é “Saudosa Maloca”, de Adoniran Barbosa. Ela tá nesse registro, que diz assim: “Se o senhor não está lembrado / Dá licença de contar / Que aqui onde agora está / Esse edifício alto / Era uma casa velha, um palacete abandonado / Foi aqui seu moço / Que eu, Mato Grosso e o Joca / Construimos nossa maloca / Mas um dia nem quero me lembrar / Veio os homens com as ferramentas / O dono mando derrubar / Peguemo' toda' nossas coisas / E fumos pro meio da rua / Apreciar a demolição / Que tristeza que eu sentia / Cada táuba que caia / Doía no coração / Mato Grosso quis gritar / Mas em cima eu falei / Os homens está com a razão / Nós arranja outro lugar / Só se conformemos quando o Joca falou / Deus dá o frio conforme o cobertor / E hoje nós pega a paia nas grama do jardim / E pra esquecer nós cantemos assim / Saudosa maloca, maloca querida / Dim, dim, donde nós passemos dias feliz de nossa vida”. Convido a todos para, no próximo dia da semana, estarem na Romaria do Senhor dos Passos, lá em São Cristóvão, que eu também vim aqui para convidar vocês. Obrigado.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Ok. Muito obrigado. Obrigado, Marcão. Obrigado pela presença aqui entre nós. Agora, dona Valda tinha também pedido inscrição. Na sequência, nós vamos para as considerações finais da Mesa.

VALDA CIGANO – COORDENADORA ESTADUAL DO INSTITUTO CIGANOS DO BRASIL

Saúdo a Mesa em nome do meu povo cigano e parabenizo por essa ação muito bonita, e dizer aos padres que o povo mais sofrido, que não tem casa, é o povo cigano. O povo cigano, Magal conhece bem, ele já esteve na nossa comunidade, e sabemos que

o povo cigano aluga a casa hoje e, daqui a um mês, sai porque não tem como pagar, e ele abriga ali cinco famílias dentro de uma casa só, e quando os donos descobrem, pedem a casa. Veja que situação vive esse povo, igualmente ao povo de rua ou até, talvez, pior. Então que tenha um olhar abrangente para esse povo, o povo cigano. Aí diz: “Ah, onde é que está o povo cigano que a gente não sabe, que não conhece?” O povo cigano está em cada local aqui do estado de Sergipe, Magal é um conhecedor da comunidade cigana, mas eles não vêm com medo das represálias. Hoje, tem eu e mais três que lutam por essa causa, para ver se a gente tem visibilidade. Agradecer a Iran, que, quando deputado, criou a lei do nosso povo cigano. Agradecer também a uma pessoa que não está aqui, Pedro Firmino, ele matou muita fome do povo cigano. E dizer assim, nós somos gratos, nós também somos filhos de Deus. Nós apenas temos o céu como nossa pátria, as florestas como morada e uma roda de uma carroça que nos leva de um lado para o outro. É isso, apenas, que nós temos. E dizer que tem jeito, esse Brasil tem jeito. Quando pessoas, igual a vocês que estão aqui, sentam para discutir aquele problema que não é de vocês, é dos outros, mas vocês se interessam por isso. Então, casas, hoje, acredito que deveriam ser em nome das mulheres, porque muitas mulheres sofrem violência, como eu assisti hoje uma violência, e o cara dizia: “Saia da minha casa, a casa é minha”. Se a casa fosse dela, ele não dizia isso, quem saía era ele. Então, é uma forma de a gente pensar, em cada momento, tanto na violência contra a mulher quanto também a forma da pessoa não ter a sua dignidade de ter a sua casa, a sua moradia. É triste demais você não ter onde receber uma pessoa para ouvir a palavra de Deus, porque aquela casa não é sua. Você tem que obedecer às regras do dono da casa. Então, que vocês possam estar olhando para o nosso povo cigano, que possam estar fazendo projetos para o nosso povo cigano. E podem perguntar ao Magal, que o Magal leva as comunidades ciganas que ele conhece. Então, que vocês possam nos ajudar. E eu acredito muito em vocês. Cada vez que eu vou depositar um voto para um candidato, a primeira coisa que eu olho nele são os projetos que ele tem para o nosso povo. E você está de parabéns, Iran.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Obrigado, dona Valda. Eu quero agora retomar aqui para a Mesa, não temos mais nenhuma inscrição. Quero passar para Zuzarte. Doutor Zuzarte para as considerações finais.

CARLOS CÉSAR ZUZARTE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB/SE

Muito importante o que a gente ouviu aqui, as exclamações de cada um, os descontentamentos de cada um, mas eu acredito que, além de buscar moradia, a gente precisa conscientizar, acho que, toda a sociedade. Eu penso que a Campanha da Fraternidade precisa atingir alguns pontos específicos das pessoas, principalmente no imaginário. Nós, muitas das vezes, ouvimos e temos a percepção de que as pessoas ignoram as pessoas em situação de rua, as pessoas que não têm moradia. Geralmente são pessoas que estão sendo tratadas como lixo, como pessoas que são extremamente agressivas ou que estão nessa situação porque merecem, e a gente precisa tirar isso da nossa cabeça. Eu acredito que a campanha está aí para isso, espero que esteja aí para isso, para que conscientize a população, no geral, de que aquelas pessoas, muitas das vezes, estão nessa situação não porque querem estar nessa situação. A gente passou, agora, por uma situação muito grave na humanidade, que foi a Covid-19. Então, veja a situação de quantas pessoas perderam seus empregos, tiveram que vender os seus negócios e vão para onde? Muitos desses que estão em situação de rua são reflexo de ausência de políticas. Aqui em Aracaju, a OAB, a gente tem feito um trabalho de estudo voltado para essa questão da atualização dos valores do auxílio-moradia. E a gente tem esbarrado em questões, assim, que são descuidos de gestores passados com a questão da Aracaju. O estudo é voltado para a cidade de Aracaju. A gente tem percebido que, por anos, isso foi colocado à margem. Assim como o Plano Diretor foi colocado à margem, e a gente tem a discussão das construções, a pergunta: se a Zona de Expansão cresceu para Aracaju ou Aracaju cresceu para a Zona de Expansão? Então, essas ausências de políticas e essas questões que foram deixadas de lado por irresponsabilidades, muitas das vezes, desta Casa, pessoas que vieram para cá e teriam que discutir, e fizeram... Vai. E escolhas também das pessoas com relação aos seus representantes, fazem com que hoje a gente chegue num problema crítico da cidade, que é a moradia. Onde a gente tem o centro da cidade abandonado, que a gente precisa povoar, que a gente precisa revitalizar, e pessoas que não têm casa, não têm onde morar. Então, são falas muito importantes, mas é preciso debater esse assunto da moradia de forma técnica e de forma séria, até porque a gente não vai conseguir resolver sem tirar, primeiramente, da cabeça das pessoas essa aporofobia, que é o nome que é dado à aversão a pessoas pobres, e também essa questão de espaços onde a gente pode desapropriar e colocar pessoas. E aí

é onde está, trabalhar em cima de orçamento, trabalhar para que a prefeitura tenha uma visão diferenciada com relação a esse assunto específico. Nós observamos recentemente que várias são as ocupações que se encontram em Aracaju. São várias ocupações. E todo dia são pessoas que se juntam com outras pessoas buscando imóveis que estão em desuso para poder ingressar, para poder ocupar. Pessoas que, muitas das vezes, como muito bem falou, agora esqueci, que é jornalista. Isso. Que existem pessoas que precisam e outras que não precisam, mas a gente tem que trabalhar na regra de quem precisa, porque se a gente for frear os nossos esforços pensando que pessoas vão receber e não vão chegar e estiver sendo destinado para outra visão, que não é a necessidade, a gente vai frear uma política pública muito importante. Entendo perfeitamente sua preocupação. E aí é onde tem a figura do vereador e de outros órgãos, como o Ministério Público, para poder fiscalizar essas questões de possíveis fraudes, possíveis vendas, e acontecem mesmo. A gente sabe que existem pessoas que estão em situação de rua que não estão nem aí para o que é o dia da manhã. Eles só querem viver ali e acabou. Tem uns que buscam e clamam por uma cidadania. Seja a emissão de documento, entre outros, uma moradia digna, porque já viveu e quer retomar. Precisa do apoio do Estado para que possa chegar onde quer. Mas, é isso, eu penso que a gente precisa, dentro dessa campanha, que é uma campanha mundial, não afeta só o nosso país, outros países também entram na campanha, para que a gente possa colocar na cabeça das pessoas essa verdadeira fraternidade de não ter aversão a pessoas pobres, que não esqueçam que Deus nos ensinou que nós somos irmãos em Cristo, para que isso possa... Mesmo eu não sendo da religião do cristianismo, eu sou candomblecista, mas dentro até da minha própria religião, a gente estuda e trabalha sobre esses aspectos, esses pontos da fraternidade, da irmandade e de não ter aversão a pessoas, principalmente pessoas que estão na situação em que se encontram de extrema vulnerabilidade. Então, a minha contribuição para vocês era nesse sentido.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Obrigado. Muito obrigado, Zuzarte. Passo agora para o Padre Isaías para que ele possa, também, fazer as considerações finais.

PADRE ISAÍAS NASCIMENTO – COORDENADOR DA CÁRITAS DIOCESANA DE PROPRIÁ

Quero aproveitar o momento para a gente não perder de vista as reações dos pobres em relação à situação sem teto. Quantas vezes a gente passa pelas periferias, nos

finais de semana, e a gente vê aqueles mutirões de construção? Um pobre ajudando o outro. Levantando um barraco, ajeitando uma casa, e está lá uma panela de mocotó para comerem juntos. Não é verdade? São sinais de resistência e melhoria de vida entre eles. Então, eu acho que nesse tempo também é importante não só a gente organizar grupos para cobrar essa política pública, como também estimular os mutirões de solidariedade, em situações urgentes. Então, como é que a arquidiocese, a diocese de Propriá, as pastorais, onde você está, perceber e estimular a comunidade a se organizarem e buscarem trabalhar juntos, para reagir àquilo que é mais emergente. De vez em quando, a gente tem notícia: “Olha, deu uma ventania, derrubou o telhado”. Lá em Porto da Folha, houve um tempo, e deu uma enxurrada que o Riacho Capivara levou o fundo de várias casas. Aí levantou um caso interessante, um casal, pessoa de seus 40 anos, moravam juntos e pediram o casal o sacramento do matrimônio. Não... Donos, classe média-alta na cidade, pediram para celebrar o casamento de uma forma discreta e o que eles gastariam na festa, investiram na casa do pobre. Eu celebrei o casamento aqui em Aracaju em um apartamento, foi até na paróquia do Rosário. O padre cedeu, o apartamento era da família do casal. Não éramos dez pessoas, éramos seis ou oito pessoas. Todo investimento, eles fizeram um cálculo, uma previsão de quanto gastariam na festa. Não compraram um refrigerante. Foi um café, após o casamento. Chegamos em Porto da Folha e tinha essa notícia de que uma casa perdeu a metade, praticamente, do fundo da casa. Uma família com seis pessoas. Pobres de Jó. Eram carroceiros. E discretamente, Porto da Folha nunca soube quem foi que fez isso. Eles pediram discrição. Então, o casal foi lá e levantou a casa, investiu. São gestos, sinais de solidariedade, de resistência. E, esses sinais acusam também a omissão do Estado, dos municípios. Quantos dos municípios por aí que você anda, que as melhores casas estão construídas pela corrupção? Têm municípios que você anda, você percebe, está na cara, que as melhores casas pertencem aos políticos. Não escapa nem a casa paroquial, nem a do pastor, diga-se também. Porque todo mundo no mesmo esquema, os lascados... A divisão é clara, é visível. Isso causa nojo na gente. Então, a gente estimula, nesta Campanha da Fraternidade, atitudes solidárias. Que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Amém, Isaías. Amém. Irenir, suas considerações finais agora.

**PADRE ISAÍAS NASCIMENTO – COORDENADOR DA CÁRITAS
DIOCESANA DE PROPRIÁ**

Quanto aos índios, em Sergipe, Magal, não vivem no tempo das ocas. Todas as tribos correm atrás do estado para construir casa popular. Você vai nos índios Xokó, está lá, duas ou três ruas, casas dos programas da Minha Casa Minha Vida. Está certo?

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Irenir, agora você, suas considerações finais.

IRENIR JESUS – MEMBRO DA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE ARACAJU

Eu estava aqui ouvindo atentamente a cada colocação e eu queria contar duas coisas. A primeira, o Magal até citou a questão dos venezuelanos, quando chegaram aqui há alguns anos, mas só para lembrar que na última sexta-feira, uma venezuelana de 54 anos está no abrigo aqui em Aracaju há cinco meses. A filha dela, vítima de cárcere privado, e um netinho de 3 anos de idade com Transtorno do Espectro Autista. A filha conseguiu, agora recente, no último mês, conseguiu auxílio-moradia e está residindo em uma casa lá no 17 de março, um residencial muito novo, construído recente, e estão eles três, mãe, filha e neto. Na última sexta-feira, o que ela me disse foi o seguinte: “Irenir, eu não tenho nada, eu só tenho o teto e o chão”. O que a gente faz em uma situação como essa? Com alguém nessa idade, 54 anos, que a gente sabe que o comércio não é muito fácil em dar emprego a alguém com mais de 50 anos, imigrante, estrangeira, venezuelana, ela não fala bem o português. Como é que a gente ajuda uma pessoa como essa? A gente dá uma casa para ela? Vai adiantar do quê? Eu só tenho o teto e o chão. Eu a repreendi, eu disse: “Não, você não tem o teto e o chão, você tem Deus e você tem pessoas amigas, e você tem a Cáritas, e você tem muita gente que vai ajudar”. E eu me recordava aqui, agora nesta tarde, daquela musiquinha infantil que a gente já ouviu: “era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada”. Só que uma casa que não tem teto e não tem nada, não tem nada de engraçado. É uma casa sem aconchego, sem acolhimento, sem dignidade, sem esperança, sem expectativa. Então, que a nossa casa, que está aqui dentro, que a nossa morada se abra para a fraternidade, nas nossas igrejas, nos espaços públicos, nos espaços políticos, na OAB, em outras instituições, em outros municípios. Que essa casa seja plena de acolhimento e dignidade para imigrantes, pessoas em situação de rua, desempregados, homens, mulheres, crianças, para todos, sem distinção. Obrigada. Obrigada.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Muito obrigado, Irenir. Agora sim, vamos também ouvir as considerações finais do Padre João Cláudio, nesse momento também, para falar com todos vocês.

PADRE JOÃO CLÁUDIO – PÁROCO DA PARÓQUIA SANTA TERESINHA DO MENINO JESUS

Agradecer o espaço aqui na Casa do Povo Aracajuano e sonharmos juntos. Eu tenho certeza de que, se nos unirmos com as nossas vitalidades, aquelas que são derivadas do cristianismo, das religiões de matriz africana, de todas e quaisquer, nós realizaremos, sobretudo, o sonho deste ser que a tradição chama de Deus, que é a celebração da luta, da defesa em prol da vida digna, do pleno exercício da cidadania para todos, todas, homens, mulheres, filhos e filhas do Deus da vida. Muito obrigado pelo espaço cedido, pelas reflexões realizadas, fé e pé na missão de cristãos e, sobretudo, de cidadãos.

PRESIDENTE DESTA SESSÃO IRAN BARBOSA – PSOL

Obrigado. Eu quero agradecer, então, a presença de cada um que esteve aqui, cada um e cada uma que participou deste momento de discussão. Quero dizer que, evidentemente, a pauta que está sendo tratada, as questões que foram levantadas aqui servirão para que nós possamos dialogar com a assessoria, com os colegas desta Casa para vermos, também, como interferir nessa realidade. Quero repetir que Aracaju se prepara para redebater a questão do Plano Diretor e, evidentemente, o tema da moradia é um tema central neste debate, daí a importância da tarde de hoje. Quero agradecer também aos que nos acompanharam pelas redes de transmissão aqui da Casa, agradecer aos funcionários pela atenção em estar conosco e desejar a todos e todas uma boa semana, uma boa noite e até a próxima luta que nós vamos travar. Muito obrigado. Declaro encerrada esta sessão de audiência pública.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Maria Tereza Melo Mendonça.